



41 - Q111302 (Prova: FCC - 2011 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

João ajuizou ação de cobrança contra José, com base em lei vigente na época do negócio jurídico que gerou a correspondente obrigação, e obteve ganho de causa. A sentença transitou em julgado no dia 18 de maio de 2008. No dia 18 de abril de 2010, foi publicada outra lei, que expressamente revogou a lei vigente na época do negócio jurídico que gerou a obrigação. Nesse caso,

- a) a lei nova não será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque violaria o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- b) a lei nova será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque não ocorreu a coisa julgada, nem o ato jurídico perfeito.
- c) a lei nova não será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque, embora não caracterizado o ato jurídico perfeito, ocorreu a coisa julgada.
- d) a lei nova não será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque, embora não tenha ocorrido a coisa julgada, ficou caracterizado o ato jurídico perfeito.
- e) a lei nova será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque a lei nova foi publicada antes do prazo de dois anos da data do trânsito em julgado da sentença que decidiu a relação jurídica.

42 - Q97392 (Prova: FCC - 2011 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Analista Judiciário - Execução de Mandados / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A Lei nº XX/09 foi revogada pela Lei nº YY/10. Posteriormente, a Lei nº ZZ/10 revogou a Lei nº YY/10. Nesse caso, salvo disposição em contrário, a Lei nº XX/09

- a) não se restaura por ter a Lei revogadora perdido a vigência.
- b) só se restaura se a Lei nº YY/10 tiver sido expressamente revogada pela Lei nº ZZ/10.
- c) restaura-se integralmente, independentemente, de novo diploma legal.
- d) só se restaura se a revogação da Lei nº YY/10 for decorrente de incompatibilidade com a Lei nº ZZ/10.
- e) só se restaura se a Lei nº ZZ/10 tiver regulamentado inteiramente a matéria de que tratava a Lei nº YY/10.

43 - Q105085 (Prova: FCC - 2011 - TJ-AP - Titular de Serviços de Notas e de Registros / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Quanto às leis é correto afirmar:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País, 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente promulgada.
- b) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 (noventa) dias depois de oficialmente promulgada.
- c) Se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início de sua vigência começará a correr da data da primeira publicação.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou a revogue, ou venha a cair em desuso devidamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em ação específica.
- e) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.

44 - Q87777 (Prova: FCC - 2011 - TJ-PE - Juiz / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

No Direito brasileiro vigora a seguinte regra sobre a repristinação da lei:

- a) não se destinando a vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.
- b) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação da lei, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.

- c) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- d) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

45 - Q87574 (Prova: FCC - 2011 - TRE-RN - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. No caso de casamento, tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do

- a) primeiro domicílio conjugal.
- b) último domicílio conjugal.
- c) qualquer domicílio conjugal estabelecido por mais de um ano.
- d) domicílio da mulher anterior ao casamento.
- e) qualquer domicílio conjugal estabelecido por mais de três anos.

46 - Q87504 (Prova: FCC - 2011 - TRE-RN - Analista Judiciário - Área Administrativa / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes,

- a) modifica a lei anterior, apenas.
- b) revoga a lei anterior, apenas.
- c) não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) derroga a lei anterior.
- e) revoga ou modifica a lei anterior.

47 - Q77328 (Prova: FCC - 2010 - TCE-RO - Procurador / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Em relação à aplicação da lei no tempo, é correto afirmar:

- a) Salvo disposição em contrário, a vigência da lei inicia-se a partir de sua publicação oficial.
- b) Salvo disposição em contrário, a vigência da lei inicia-se no país quarenta e cinco dias depois de publicada oficialmente.
- c) Exceto disposição contrária, a lei revogada restaura-se ao ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d) A vigência da lei começa a partir da sanção presidencial, ou da promulgação da Medida Provisória.
- e) Lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, poderá eventualmente revogar ou alterar a lei anterior.

48 - Q81893 (Prova: FCC - 2010 - PGM-TERESINA-PI - Procurador Municipal - Prova tipo 3 / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Sobre a repristinação é a regra vigente no direito brasileiro:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- c) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- d) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare.
- e) A lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível.

49 - Q55917 (Prova: FCC - 2010 - TJ-PI - Assessor Jurídico / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil, obedecidas as condições estabelecidas

para a eficácia das sentenças estrangeiras no país,

- a)** depois de um ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.
- b)** com a prolação da sentença, momento em que seus efeitos ocorrerão de imediato, independentemente de anterior separação judicial.
- c)** depois de um ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por no mínimo seis meses, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.
- d)** depois de dois anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial pelo prazo de um ano, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.
- e)** depois de seis meses da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.

50 - Q56676 (Prova: FCC - 2009 - DPE-MT - Defensor Público / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro,

- a)** salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b)** salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada.
- c)** nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei federal inicia-se três meses depois de oficialmente promulgada, salvo disposição contrária.
- d)** a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- e)** quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.

GABARITOS:

41 - A 42 - A 43 - E 44 - D 45 - A 46 - C 47 - B 48 - A 49 - A 50 - D



É praticando que você aprende! - www.questoesdeconcursos.com.br

[« Previous](#) [1](#) [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#) [8](#) [Próximo](#)